

ASÃO PAULO DE LIBERO BADARÓ

Lincoln SECCO*
Marisa M. DEAECTO*

*“Qual homem poder-se-á gloriar de ser
isento de paixões e de fraquezas?”*

(Libero Badaró)

À época da Proclamação da Independência, a cidade de São Paulo não contava com mais de 20.000 habitantes. Seus limites eram demarcados pelos rios Tamanduaté e Anhangabaú e, de acordo com Afonso de Freitas, ela não tinha senão “23 ruas, 10 travessas e 6 becos”. Essas ruas, ainda que pouco numerosas, causavam à primeira vista uma impressão positiva: “são calçadas, espaçosas e boas; os edifícios são de taipa, e como a terra tem grande tenacidade, e é bem pilada, duram muitos anos, e adquirem uma tal consistência, que é preciso usar-se de alavancas para se derribarem as paredes: tem várias pontes de pedra, e outras de madeira; algumas Praças regulares: três conventos, um de Beneditinos, outro de Carmelitas, e o terceiro de Franciscanos: dois recolhimentos de mulheres, várias Igrejas, e Ermidas, casa de Misericórdia, e três Hospitais (...) o povo está dividido em duas freguesias, a da Catedral, e a de Santa Ifigênia: o Convento, que pertenceu aos Jesuítas, é hoje o Palácio do Governo”¹.

(¹) Pós-graduandos pelo Depto. de História da Fac. de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Bolsistas da Fapesp.

E-mail dos autores: Lincoln: livrosecco@yahoo.com

Marisa: man'samidori@yahoo.com

(¹) Luiz D'Alincourt, *Memória sobre a viagem do Porto de Santos...*, p. 35.

Os habitantes da cidade apresentavam um sotaque manso e eram tidos como homens rústicos, desconfiados e trabalhadores. Ressalte-se ainda nos paulistas em geral “a teimosa taciturnidade, o seu viver tristonho, a sua desconfiança amuada”². Não eram dados a muitos passeios, salvo quando iam às missas dominicais, pois as origens jesuítas da cidade legaram à população este traço de religiosidade. Desta feita, conforme observa um autor, “as casas, ou eram de sobrado, ou quando térreas, viviam com as rótulas severamente fechadas. A troca de olhares só era possível nas festas de igreja, sendo raros quaisquer divertimentos profanos”³. As atividades religiosas pouco se diferenciavam das atividades sociais, fazendo conviverem nos mesmos festejos o profano e o religioso⁴.

Muda-se um pouco o ritmo do velho burgo após a criação da Faculdade de Direito, em 1827, quando ele passa a ser “invadido” por jovens vindos do Rio de Janeiro e de outras Províncias brasileiras, sem falar dos primeiros alunos transferidos da Universidade de Coimbra. Parafrazeando um viajante da época, os paulistas e os estudantes de Direito formavam dois corpos que não se combinavam senão produzindo um precipitado monstruoso⁵. De fato, estas diferenças não se limitavam apenas aos aspectos culturais, mas o choque também se dava no que dizia respeito às questões políticas. Tal era a diferença entre o estudante de Direito, atento aos modismos europeus - que à época eram as idéias liberais - e o habitante da Província, devoto por natureza e monarquista por obediência⁶.

O caso de Libero Badaró, que passamos a narrar, ilustra bem estes conflitos. Do imigrante italiano que chegara ao Rio de Janeiro, em 1826, não se tem grandes notícias: nascera em 1798, na República da Ligúria, localizada no ducado de Gênova, onde seu pai, formado em

(2) Paulo Prado, *Província e nação*, p. 142.

(3) Veiga Miranda, *Alvares de Azevedo*, p.27.

(4) Ainda no úcio do século XX, a “licenciosidade” dos *festejos* da tradicional Capela de Santa Cruz do Pocinho, que existiu na atual rua Vieira de Carvalho (ligação entre o Arouche e a atual praça da República), levou o arcebispo de São Paulo a desautorizar tais comemorações. cf. Diana D. Danon e Leonardo Arroyo, *Memória e tempo das igrejas de São Paulo*, p.26.

(5) Augusto Emilio Zaluar, *Peregrinações pela Província de São Paulo...*, p.128.

(6) Embora o liberalismo brasileiro da época, como se verá adiante, não contestasse necessariamente o regime monárquico.

Medicina, exercia cargo público. Libero também formou-se em Medicina, estudando nas universidades de Pávia e de Turim. Mas foi apenas no Brasil que seu nome se projetou, na qualidade de jornalista, talvez mais pela tragédia pessoal que pelo talento, conforme observara Francisco Pettinati, em curta narração sobre o “drama político de Badaró”⁷. De fato, a história de Giovanni Baptista Libero Badaró acaba na noite de 20 de novembro de 1830, quando é assassinado a tiros, na porta de sua casa, à rua de São José, na capital paulista, rua que depois receberia o seu nome.

A IMPRENSA PAULISTA

Voltemos a 1827, ano do seu desembarque na Baía de São Sebastião. Na Corte, Libero Badaró fica o tempo necessário para validar seu diploma médico e para formar o ciclo de amizades que, enfim, o traria a São Paulo. Foi a convite de José da Costa Carvalho, o Marquês de Monte Alegre, que se mudou, em 1828, para a capital paulista. Primeiramente, hospedou-se na casa de seu anfitrião, até enfim residir na rua de São José, bem próxima à Faculdade de Direito. Ensinou Aritmética e Geometria, como professor substituto, continuando ainda a exercer o ofício de médico ao que se somou a sua função como jornalista.

Data desta época o nascimento de uma imprensa paulistana propriamente dita. A Faculdade de Direito dera o *élan* para uma produção intelectual própria, donde surgiram vários folhetins e jornais. O fato é marcante, se pensarmos que até 1808, antes da chegada da Corte portuguesa, a imprensa não era legal e, pelo menos até 1823, apenas sete províncias tinham tipografias e uma imprensa ativa, das quais São Paulo não só era uma exceção, como dependia dos periódicos fluminenses. O primeiro deles foi o *Farol Paulistano*, fundado por José da Costa Carvalho, cujo primeiro número saiu em fevereiro de 1827. Foram seus colaboradores Manuel Francisco da Costa e Silva, Antonio Mariano de Azevedo Marques e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. O último se notabilizou por implementar na sua fazenda de café a primeira experiência de parceria com colonos alemães, o caso da Fazenda Ibicaba. Foi também Senador do Império e um típico representante das contradições intrínsecas do

⁷ Francisco Pettinati, *O elemento italiano do Brasil*, p. 267.

liberalismo brasileiro da época, como teremos oportunidade de ver. Do paulistano Azevedo Marques (Mestrinho) as notícias caminham mais para os campos da literatura, se bem que não fosse de todo alheio à política - estas sempre tão próximas, nestes tempos de dantes! -, figurando no dicionário de Raimundo de Menezes como “conhecedor de Francês, Inglês, Italiano, Espanhol, Alemão e Grego”, professor da Academia de Direito, de 1828 a 1835, autor da *Memória histórica da provincia de São Paulo* e de tantos outros projetos, como o da criação do Monumento do Ipiranga⁸.

Sob inspiração nacionalista e liberal, o médico italiano fundaria, em outubro de 1829, o seu jornal intitulado *Observador Constitucional*. Este, impresso na mesma tipografia do *Farol Paulistano*. Segundo Afonso de Freitas, o jornal fora acolhido “como uma produção do seu solo, tanto os princípios nele expandidos eram brasileiros e são”⁹. Assinava-se o *Observador* na própria tipografia do *Farol Paulistano* e, a partir de 1831, na loja do Sr. Villares, esquina da rua do Ouvidor com a rua São Bento, a 1\$440 réis por trimestre¹⁰. O exemplar avulso custava 80 réis¹¹.

Mais tarde (1832), já depois da morte de Libero, o jornal passou a imprimir-se na typographia Patriotica, à rua da Esperança, nº 9¹² (que se tornou Capitão Salomão e já não existe mais, devorada que foi pelas alterações do Centro de nossa cidade¹³), em seguida na rua do Príncipe, 21 (que também foi rua da Cruz Preta e, atualmente, rua Quintino Bocaiúva). Nesta época, assinava-se o jornal na loja do Sr. Caetano Antônio de Moraes, à rua Direita, nº 1 e na própria tipografia. Sua fase final foi

⁽⁸⁾ Raimundo de Menezes, *Dicionário Literário Brasileiro*, p. 409.

⁽⁹⁾ cf Gabriel Marques, *Ruas e tradições de São Paulo*, p. 168.

⁽¹⁰⁾ Para se ter uma idéia do que percebia um alto funcionário público da época (e que constituía parte do público leitor), lembremos que o projeto que instituiu a Faculdade de Direito previa um salário anual de 800\$000 para um lente, 600\$000 para um secretário e 400\$000 para o porteiro. A proposta do Marquês de Paranaguá elevou o salário do lente da faculdade para 1:600\$000 anuais e 800\$000 para o professor substituto.

⁽¹¹⁾ cf Afonso de Freitas, *A Imprensa periódica em São Paulo*, p. 347.

⁽¹²⁾ As casas paulistanas começaram a ser numeradas em 1809.

⁽¹³⁾ Há hoje uma outra rua Capitão Salomão que nasce no Largo do Payssandu e morre na praça Pedro Lessa, confluindo com a ladeira do Seminário e a atual Brigadeiro Tobias (que já foi rua Alegre), bem nos baixos do viaduto Santa Ifigênia.

comprometida com a defesa dos Andradas, abandonando a política de Feijó, que tinha o apoio do restante da imprensa paulista.

Além de dissertar sobre os problemas cotidianos da cidade e da política nacional, apresentando fortes críticas a algumas autoridades constituídas, encontram-se no periódico referências recorrentes à conjuntura política francesa como, por exemplo, lê-se no exemplar de 26 de outubro de 1829 (número 2), a notícia da ascensão do gabinete conservador de Polignac, onde Libero desfila suas críticas ao conservantismo do governo francês¹⁴. O jornal trazia correspondência do interior da Província, além de variedades e anúncios. A linguagem escorreita denunciava a colaboração de personalidades paulistas de relevo e de estudantes da velha Faculdade, nesta época freqüentada por gente mais madura do que os moços que a frequentariam alguns anos depois. O tom mais livre e ousado parece ter sido marca do período inicial, em que Libero escrevia a maior parte dos artigos (estes, por sua vez, não eram assinados). Esse tom não estava em desacordo com os ares liberais da elite cidadina, correspondendo aos interesses de parte desta, vexada constantemente pelo que entendia serem os excessos do ouvidor Candido Japyassu, a quem Libero muito criticava na esteira do que já fizeram os jornalistas do *Farol Paulista*¹⁵.

Estas críticas eram tidas como verdadeiros “abusos da liberdade de imprensa”, para citarmos um documento de fins de 1830, em meio a assolação dos espíritos que marcou os estertores do Primeiro Reinado. A preocupação partia do próprio Imperador, e aludia à imprensa brasileira. Sua Majestade Imperial identificava “nos jornais publicados notáveis abusos do direito que a Constituição garante a cada um cidadão de poder comunicar os seus pensamentos pela imprensa”¹⁶. A esse respeito

(14) Diante das tendências algo liberalizantes do ministério Martignac, que visava, dentre outras medidas, conceder maior liberdade de imprensa, o Rei Carlos X obrigou-o a demitir-se (1829). Constituiu-se em seu lugar o gabinete ultra-conservador de Polignac, que só seria derrubado pela Revolução de Julho de 1830.

(15) “Quando o magistrado Dr. Candido Ladislau Japyassu foi nomeado (1829) para a ouvidoria de São Paulo, a má sorte do seu *frenesi* reacionário decidiu que o primeiro júri por ele presidido, fosse contra o *Farol Paulistano*, do então deputado José da Costa Carvalho, processado sob a acusação de abuso da liberdade da imprensa, por ter o jornal publicado abertas críticas contra um ex-ministro”. Augusto Goeta, *Libero Badaró...*, p. 65.

(16) “Sobre os abusos de liberdade de imprensa”, 11 de dezembro de 1830.

Libero Badaró era muito consciente da necessidade da liberdade de imprensa, pois ela é “a alma de qualquer governo fundado sobre direitos e não sobre força”¹⁷. Frase que nos mostra a sagacidade de Badaró, ao vincular esta liberdade não a um direito corporativo de jornalistas, ou mesmo da opinião pública, mas a um regime de governo. Novo. Não mais fundado no arbítrio de um só, mas na vontade das gentes. Dogma liberal que andava nas mentes daquela época. Particularmente em São Paulo.

SINGULARIDADE HISTÓRICA DE SÃO PAULO

A irreverência é traço da época, atributo dado aos lentes da Academia, naqueles tempos de antanho... Merece nossa consideração, nesse sentido, a proximidade e mesmo certa proteção que recebe Libero Badaró por parte da Câmara Municipal. O exemplo não é notório, mas ilustra bem o fato: “Quando furtaram o badalo do sino do então Curso Jurídico (Faculdade de Direito), Libero Badaró, por malícia ou simples piada jornalística publicou no seu jornal que, no teatro de Ópera, ia ser levado à cena um entreato intitulado: ‘O badalo fugido e um Tenente-General pedindo um corpo de guarda para guardá-lo à vista’”. Disso resultou um tremendo escândalo na Corte. E a explicação que o Governador de São Paulo teve que dar ao Sr. Ministro do Império, no Rio de Janeiro, para bem esclarecer que nem havia nenhum ‘entreato’ anunciado, nem sequer havia teatro, em São Paulo, visto que o da Ópera se encontrava em ruínas, ocupou várias páginas de papel e inúmeras afirmações escritas sob palavra de honra....”¹⁸. Estavam declaradas as diferenças entre a cidade e a Corte.

Primeiramente, porque o incidente mostra a intenção quase gratuita de tomar, dos fatos mínimos, motivo de provocação por parte deste “desabusado jornalista”. Segundo, a resposta tem certa carga de crítica ao estado em que se encontra a cidade. As contradições são visíveis e deveriam mesmo causar certa irritação: a cidade se consagrara em 1822 como sede administrativa da Província e, no ano de 1823, recebera o título

⁽¹⁷⁾ Libero Badaró, “Liberdade de imprensa”; in: Nicolau Duarte Silva, *Libero Badaró: contribuição para sua biografia*, pp.568-575.

⁽¹⁸⁾ Gabriel Marques, *op. cit.*, pp. 169-170.

de Imperial Cidade. Ora, como cenário da Independência, era muito pouco o que ela ganhava. Pior: pela Constituição de 1824 (outorgada pelo Imperador) as Câmaras serviam como aparelhos dos municípios, com competência para exercer o governo econômico e municipal das cidades e vilas. Quatro anos mais tarde, a Lei Imperial de 1º de Outubro de 1828 restringiu os termos constitucionais para as Câmaras Municipais. Resultado: as Câmaras se tornaram corporações “meramente administrativas” e ficavam subordinadas aos poderes legislativos, ou seja, subordinada à Corte. Além desse estado de dependência, a cidade que passara a ser Imperial, continuava pobre, marginalizada, sem infra-estrutura, nem ao menos um teatro!, tal como era nos tempos coloniais.

Pela excentricidade e pela convicção com que defendia seus ideais, não é difícil imaginar que Libero gozasse de boas relações com a Câmara de São Paulo. Seria quase um protegido de certas figuras de proa da cidade. Dele alguém chegou a afirmar ter morado no próprio Palácio do Governo, mas a notícia carece de comprovação. Dado significativo, posto que São Paulo tivera (e, certamente, ainda mantinha) um papel quase *sui generis* na vida nacional, o que confere às atividades jornalísticas de Libero um relevo maior. Também explica a simpatia com que se viam as críticas ao centralismo e despotismo da Corte (lembramos que o *Observador Constitucional* tornar-se-á abertamente federalista nos anos 1831-32). Caio Prado Jr., na esteira dos mais tradicionais historiadores paulistas (Taunay entre eles), ressaltou certa independência política de São Paulo em relação à Corte. Um exemplo pode ser visto na proteção do Marquês de Monte Alegre ou na defesa do governador de São Paulo quando do episódio do sino, a que já fizemos referência. Talvez por isso Leroy-Beaulieu falará “nos hábitos independentes e republicanos” da gente paulista¹⁹.

Essa autonomia relativa deve ser pensada em termos de uma longa duração. Desde os tempos primeiros a cidade pareceu singular por sua localização no planalto, em confluência hidrográfica favorável ao desbravamento do sertão. No alto da colina do Pátio do Colégio, a cidade

(19) cf Caio Prado Jr., *Evolução política do Brasil e outros estudos*, p.40.

espreitava os que vinham e honrava os que partiam. E, de Porto Feliz, os paulistas buscavam os indevassados interiores. Para toda uma historiografia amante de nossa terra, a Província de São Paulo quis viver de suas próprias forças. Voltada para si mesma, e longe das teias administrativas da metrópole. Diria Paulo Prado: “Independência” e “altanaria sobranceira”, foram as atitudes do paulista²⁰. Tudo contribuiu para que se esboçasse na cidade (e na Província) “os rudimentos de uma nação”, como dissera Oliveira Martins²¹.

Podem comprová-lo os conflitos, durante todo o século XVII, entre os jesuítas e a Coroa e, uma vez expulsos esses missionários do Senhor, os governadores gerais também não pareciam tão eficientes para os interesses da Coroa. Veja-se que São Paulo se torna Capitania só em 1709, separando-se do Rio de Janeiro. Em 1745, vira Sede Episcopal. Como ressalta Serafim Leite, os bandeirantes descobrem o ouro, mas se enriquecem na verdade do comércio com as novas terras, ou os recém descobertos eldorados. Mas São Paulo continua à espreita... organizando-se por ela mesma.

Apesar destes aparentes favores e sobretudo títulos dados pela Coroa à cidade de São Paulo (Sede Administrativa, Sede Episcopal e depois Cidade Imperial), aquela mantinha rígida hierarquia entre suas capitanias: a Bahia era preponderante; o Rio recebia o ouro das Minas e São Paulo garantia mão-de-obra, tropas comerciais, enfim, os serviços. No século XIX, não há um grande centro econômico, o açúcar e o algodão paulistas ganham espaço na economia exportadora e o eixo passa do Nordeste para o Sudeste: o Rio continua subordinado à Corte - agora é a capital do Império - e São Paulo permanece aparentemente adormecida... As bases materiais de maiores dissensões com o centro de poder, situado no Rio, começam a aparecer justamente nesta conjuntura de crise açucareira - cuja concorrência (e derrota!) com as Antilhas já era um problema irreversível. Como escrevera Caio Prado Jr., “daí por diante é a degradingolada”.

⁽²⁰⁾ Paulo Prado, *op. cit.*, p. 34.

⁽²¹⁾ Idem, *Ibidem.*, p. 36.

BADARÓ E O LIBERALISMO PAULISTA

O percurso de Libero Badaró nos leva a uma pergunta de suma importância para a sua época: o que era o liberalismo no Primeiro Reinado? Difícil a resposta. Mas de implicações decisivas.

Os liberais pátrios já alimentaram uma copiosa historiografia sobre o seu significado e o seu lugar real na nossa história. Talvez o melhor seja fugir às especulações, mais voltadas ao liberalismo da segunda metade do século XIX, acerca do lugar “certo” ou “errado” das idéias liberais no Brasil. Talvez, mais adequado seja aceitar os princípios e idéias da própria época em que o Brasil emerge como nação política e administrativamente separada de Portugal. Sem impor ao passado as preocupações e exigências de outras épocas.

Afinal, que haveria de contraditório, excetuadas as aparências, entre o autodenominado liberalismo de certas elites dirigentes brasileiras e a manutenção de privilégios do Antigo Regime, da escravidão e do mandonismo local? A própria Carta Magna de 1823, quando tangencia a questão escravista, não fez o legislador sentir pejo ao afirmar que ficavam reconhecidos os “contratos” entre senhores e escravos. “É este o mais perfeito retrato do liberalismo burguês”, diria Caio Prado Jr.²².

É sob a égide deste liberalismo, perfeitamente adaptado à defesa dos interesses da grande lavoura, e também da Constituição outorgada de 1824, que se desenvolverão a opinião pública e os primeiros jornais paulistanos. Não era a monarquia que criticavam, e nem poderiam (ou deveriam) fazê-lo. Defendiam o regime monárquico constitucional. Um depoimento de Nicolau Campos Vergueiro, cuja importância na história paulista já tivemos a oportunidade de considerar, ilustra bem o que dissemos:

“Lembro-me que um dos meus lentes de Coimbra era obrigado a explicar por um compêndio, com cuja doutrina ele nem sempre se conformava, principalmente quando este compêndio, definindo os poderes espiritual e temporal, dizia que o espiritual era o poder da igreja e o temporal o

⁽²²⁾ Caio Prado Jr., *op. cit.*, p.54.

poder dos reis. Ele reproduzia esta mesma idéia e, depois acrescentava - 'vamos com os nossos estatutos, que nos obrigam a seguir esta opinião' - e por fim dava uma risada. Ele certamente era obrigado a ensinar um princípio tão errôneo para satisfazer os estatutos, porém não podia dissimular que semelhante proposição era absurda, e revoltante, e por que seria? Porque respeitava a opinião pública, que há muito tempo reconhece que o poder temporal não é o dos reis, mas dos povos; e não queriam que se rissem dele”²³.

Nicolau Campos Vergueiro (que era um dos animadores do jornal *Farol Paulistano*, como já se disse) fez esta declaração nos meados dos anos 20, aliás a propósito dos debates sobre a melhor localização dos cursos jurídicos que seriam instalados no Brasil. A própria criação da Faculdade de Direito de São Paulo estava no bojo do programa liberal paulista (e brasileiro). Era necessário preparar o povo para ser o depositário do poder temporal. Daí não haver nenhuma contradição entre o depoimento acima e a concordância com a monarquia constitucional. O próprio Libero Badaró, ao defender a liberdade de imprensa no seu jornal, dirá da necessidade de melhorar o nível de instrução do povo, para melhor “iluminar” os que estão à frente do governo²⁴.

Era a Constituição que garantiria a propriedade, a segurança individual e os direitos da opinião pública (das gentes de bens, fazendas e outros haveres, evidentemente). Não a toa, Libero chamou ao seu jornal de *Observador Constitucional*. Não sem motivo, a vereança paulistana de 1830, num ofício dirigido ao vice-presidente da província paulista, falava dos cidadãos “amantes da Constituição”²⁵. E noutro ofício, que teremos oportunidade de ler mais adiante, acusava o ouvidor Japyassu de “inimigo confesso da Constituição”.

⁽²³⁾ cf. Spencer Vampré, *Memórias para a história da Academia de São Paulo*, p. 26.

⁽²⁴⁾ Nicolau Duarte Silva, *op. cit.*, p. 568.

⁽²⁵⁾ *Idem Ibidem*, p. 527.

É por tudo isso que não faz sentido criticar os “limites” desse liberalismo. Exigir-lhe contornos revolucionários. Questioná-lo por sua moderação. Um autor acentuou o apego do *Farol Paulistano* (23 de março de 1830), v. gr., à Constituição vigente: “o jornal tinha muitas críticas mas a solução apontada não era uma revolução, ou, uma outra Constituição. Ao contrário, escrevia-se: ‘Sabei, brasileiros, que os vossos males não vêm da Constituição, mas da falta da execução dela’...”²⁶. E por que deveria propor uma outra Constituição? Alguns anos mais tarde, o *Novo Farol Paulistano* não mudará o tom: “Reflita o governo: os brasileiros não querem mais do que a Constituição, pois acham nela tudo de que precisam para a felicidade deles e do Brasil”²⁷.

É compreensível esta defesa da Constituição. Quase uma defesa prévia, como a de quem antes se explica e pede vênias, e apresenta as escusas. Porque não se atacam os fundamentos da Ordem, mas aceita-se a premência de mudanças que impeçam as velhas exações que pesam sobre as consciências e os lucros. Sabidamente, Sua Majestade acusava os ‘jornalistas’ (muito entre aspas) daqueles tempos idos de “já atacarem os princípios fundamentaes da Constituição, emittindo doutrinas subversivas das bases do systema jurado; provocando a anarchia e excitando rebellião contra a Sagrada pessoa de Sua Magestade (*sic*) o Imperador e seus direitos ao Throno”²⁸. As doutrinas que subvertiam o *status quo* não eram mais do que os termos do liberalismo paulista e brasileiro de então.

Italiano que era, o nosso Libero estava mais do que a par dessa situação. Todavia, também estava imbuído do liberalismo continental, filho da Revolução Francesa. Nos subterrâneos da política italiana, deve ter conhecido os primeiros liberais da Carbonária. Também os Liberais moderados, mas igualmente hostis aos Bourbon, que podiam ser encontrados na França “restaurada” (1815-1830) e na Espanha.

O liberalismo possível de Badaró é a confluência desse caldo de cultura política européia com as questões internas do Primeiro Reinado. O que faz rever os reais motivos que o trouxeram da Europa ao Brasil. Algo

⁽²⁶⁾ Augustin Wernet, *Uma associação política no início da época regencial: a Sociedade dos Defensores da Liberdade e Independência Nacional de Santos*, p. 41.

⁽²⁷⁾ Apud Gabriel Marques, *op. cit.*, p.168.

⁽²⁸⁾ “Sobre os abusos da liberdade de imprensa”, *op. cit.*

que foi deixado de lado nos relatos que colhemos sobre a biografia de Libero, mas que não escapou a quem acompanhou os acontecimentos de muito perto²⁹. Como interessado pela botânica, parece ter difundido a idéia de que teria chegado ao Rio para conhecer a flora nacional. Por que então teria se mudado para São Paulo? Por que teria fundado um jornal de cores liberais, em vez de manter-se como simples médico nesta Imperial Cidade? Obviamente, Libero não era um incauto. Ele mesmo o disse, insinuando que sua partida da Europa estava ligada a possíveis perseguições desencadeadas pela atmosfera conservadora que então reinava:

“Enquanto na capital deste Império alguns estrangeiros assumirão a tarefa de pagar com insultos periódicos as vantagens e bom recebimento, que lhe fez a nação brasileira, digna em todos os sentidos de ser melhor recompensada, uma sociedade de estrangeiros aqui estabelecidos, querendo de certa maneira lavar esta mancha e mostrar ao Brazil que elles reconhecem a gratidão, resolverão offerecer-lhe os tenues fructos das suas fadigas literarias, pugnando pelas suas liberdades, pelo meio da imprensa. Obrigados a abandonar a sua antiga pátria para se não encontrarem nos grilhões que lhes apresentavam as tiranias, escolherão livremente esta, adoptarão-na por sua e posarão nella as suas mais vivas affeições...”³⁰.

No texto do próprio Libero podemos ler, com toda certeza, o plural majestático de quem fala de sua própria tragédia pessoal. A da partida de sua terra natal, não a que o esperava em São Paulo. Esta, vinculou-se aos sucessos políticos que ocorreram no ano de 1830. E que levariam o país a outra conjuntura histórica. A Regência. Libero estava na confluência de mudanças políticas que teriam seu epicentro inicial na província paulista.

São Paulo, por todos os motivos aqui apresentados, tinha um papel importante na vida nacional durante o Primeiro Reinado. Mais do que simbólico. Não só às margens do rio Ipiranga, nesta Imperial Cidade, acreditou-se na emancipação política do Brasil. Políticos de relevo nacional do Primeiro Reinado e da Regência tinham suas bases de interesses na província paulista: Feijó, Paula Sousa, Vergueiro, os Andradas, Álvares

⁽²⁹⁾ J. Armitage, *História do Brasil*, p. 208.

⁽³⁰⁾ *Apud Nicolau Duarte Silva, op.cit.*, pp. 476-7.

Machado. É ainda aquele “liberalismo dos paulistas natos ou adotivos, fruto de um espírito de independência que impressionara vivamente Armitage e que, segundo depoimento de Francisco Gomes da Silva, o valido do Imperador, não tem igual em todo o Brasil, continuará a ser força ativa na política nacional”³¹. No limiar da Regência, nos fins do Primeiro Reinado, São Paulo uma vez mais estará no centro das preocupações. A sucessão de eventos que conformarão a transição de uma conjuntura a outra, se tomarmos São Paulo como ponto de partida, situa-se no período que vai de 3 de maio de 1830 a 7 de abril de 1831 (a abdicação de D. Pedro I).

“MORRE UM LIBERAL, MAS NÃO MORRE A LIBERDADE”³²

1830: ano de Revolução. Não no Brasil, mas na França. A interpenetração dos acontecimentos franceses, sempre lidos com atenção pelo jornal de Libero Badaró, com a situação política nacional (e paulista), criava uma situação politicamente delicada. Teremos o momento para ver como os estudantes paulistas, em ruidosa manifestação, receberão as notícias francesas. A situação internacional começava a manifestar sinais de mudança, depois do período caracterizado pela Restauração francesa de 1815³³.

Aqui, o ano de 1830 nasceu sob o medo de um retorno a velhas opressões, ao menos na percepção da opinião pública paulista. Esperavam todos, em dúvida cortante, a instalação da sessão inicial da Assembléia Geral, a 3 de maio de 1830. Quando isto ocorreu, muita gente se pôs às ruas em diferentes partes da província paulista, entoando o Hino Constitucional, com o estribilho: “Parabéns ó brasileiros / Já não é crime o civismo, / já se faz em campo aberto / guerra cívica ao despotismo”³⁴.

⁽³¹⁾ cf. Sergio Buarque de Holanda, “São Paulo”, p. 458.

⁽³²⁾ Esta é a lendária frase que a posteridade atribuiu a Libero, no seu leito de morte.

⁽³³⁾ Até 1830, a Europa dava ao adversário de D. Pedro em Portugal, seu irmão D. Miguel, o ambiente espiritual e propício no seio das classes dominantes para legitimar sua ditadura conservadora. Metternich reforçava, na Áustria, o poder absoluto; o Duque de Wellington, um aristocrata do partido Tory, era o chefe do governo inglês; na França, ainda dominava o ultra-realista Conde d’Artois (Carlos X).

⁽³⁴⁾ Afonso de Freitas. *Dicionário histórico, topográfico, etnográfico ilustrado do município de São Paulo*, p. 31.

Como já acentuamos no início, é a Faculdade de Direito que dará o impulso político para a tomada de consciência, por parte da opinião pública paulistana, das suas distâncias das políticas emanadas da Corte. A base psicológica deste distanciamento em relação ao despotismo real vem da singularidade histórica do burgo paulistano.

Na cidade, a situação agravou-se com os acontecimentos de outubro de 1830. Chegou neste mês a notícia da Revolução de Julho na França, agora sob a monarquia da burguesia financeira, chefiada pelo novo Rei Luís Filipe (Duque de Orleans)³⁵. Os estudantes da Faculdade de Direito se regozijaram com a boa nova e fizeram demonstrações de simpatia ao liberalismo triunfante. Em São Paulo, louvava-se a França de Julho de 1830, sobretudo para criticar possíveis intentos absolutistas de Pedro I³⁶. A zumbidora manifestação fez com que o ouvidor Candido Japyassu ordenasse uma devassa. O *Observador Constitucional* aumentou as críticas que já endereçava ao ouvidor. Também a Câmara Municipal protestou contra Japyassu, enviando um ofício ao vice-presidente de São Paulo³⁷, no qual dizia que a devassa geral poderia causar uma “sublevação contra este ouvidor”. Afinal, não se justificava uma devassa só porque o “governo tyrânico que pesava sobre a França fora destruído”, nas palavras do documento citado. Este ofício referia-se à sessão extraordinária de 8 de outubro, na qual o vereador Gomide disse “estar o ouvidor desta Comarca tirando uma devassa indeterminada de factos não existentes, e só com o pretexto de terem alguns cidadãos pacíficos illuminado suas janellas na noite de 5 do corrente, e de se terem alegrado com as últimas notícias da França”³⁸.

No mês seguinte, o assassinato de Libero Badaró veio coroar o tumultuado processo de polarização política que o país vivia desde o início do ano. As conseqüências foram de variegada sorte. A morte de

⁽³⁵⁾ Aqui acentuamos os eventos franceses pela sua significação maior sobre o Brasil, mas note-se que em novembro deste ano caiu o gabinete Wellington na Inglaterra. Em sete de abril de 1831, D. Pedro seria obrigado a abdicar ao trono brasileiro, podendo (ou devendo) dedicar-se à reconquista de seus “direitos” em Portugal. Os ideais da burguesia liberal portuguesa triunfariam em 1834.

⁽³⁶⁾ Fato sobremaneira interessante à medida em que o imperador não era o partidário da reação em sua pátria (Portugal) e mantinha boas relações com o Duque de Orleans, que se tornara, em 1830, o novo Rei da França.

⁽³⁷⁾ “Ofício de 8 de outubro de 1830”, *Registro Geral da Câmara*, vol. XX, p.481.

⁽³⁸⁾ *Atas da Câmara Municipal de São Paulo*, 8 de outubro de 1830.

Libero serviu para acirrar os ânimos, mas também como instrumento político na luta contra aquilo que muitos entendiam como uma marcha de retorno ao absolutismo. Significativo foi, portanto, o fracasso da viagem do Imperador às Minas Gerais, assinalado particularmente pelo dobre de finados na Igreja de Barbacena. Os sinos repicavam em homenagem a Libero Badaró. Mas muito contra o Imperador. O mesmo aconteceria quando da sua chegada à Ouro Preto, onde, segundo o historiador alemão Henrique Handelman, “si não faltaram os discursos de boas vindas e boas vindas officiaes, o próprio povo não tomou parte alguma; nas mesmas cidades e villas, onde todos os joelhos se haviam curvado diante do Imperador, na precedente viagem, e onde, ainda poucos annos antes, o seu nome não era pronunciado sem reverencia, agora, sob os seus olhos, celebravam-se exequias fúnebres em honra do jornalista assassinado Badaró”³⁹.

Jornalista desabusado que era, nos dizeres de Gabriel Marques, Libero não demorou a ter inimigos poderosos. Um deles, que acabou figurando como o principal, foi o Ouvidor Cândido Ladislau Japyassu - conta-se que se tratava do pior Ouvidor que São Paulo já tivera. Um ofício da Câmara dá a idéia que dele faziam alguns dos nossos antepassados paulistanos, bem como da relação que esta Câmara estabeleceu entre este ouvidor e a morte de Libero Badaró:

“ A longa fileira dos seus crimes começou por mandar rasgar as carnes de um pobre captivo por delictos, que se existiam não era elle o seu autor. Accusado pela imprensa, e não tendo com que defender-se, elle deliberou afrontar a opinião pública e satisfazer todos os seus caprichos, marchando de encontro a ella. Elle ostentou-se inimigo confesso da Constituição, de todas as instituições livres, e foi o único homem que nesta cidade não celebrou o 7 de setembro, antes tomou luto, emquanto duraram os regosijos (sic) delle. Multiplicou as denuncias secretas contra os cidadãos mais probos, e não poupou ás

⁽³⁹⁾ Henrique Handelman, *História do Brasil*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, p. 868.

*autoridades da Província, achando-as sem dívida muito frouxas em secundarem seus projetos de vingança: parece que seus votos eram por uma comissão militar, de que elle fosse o relator. Todos esses projetos tendo falhado, e não tendo sido mais feliz com a devassa de que já se fallou, contrariado em seus furores, e vendo que era forçoso retirar-se da Província, expulso della pela força irresistivel da opinião pública, recorreu em fim ao braço dos assassinos. O infeliz Dr. João Baptista Badaró teve por sorte ser a 1º victima: e não nos é dado saber aonde iria parar um homem que estava prazenteiramente fazendo as honras de sua casa na partida que costumava dar aos seus amigos, no momento em que sabia que a victima de seus furores se revolvía em seu sangue, um homem que no outro dia (sem dívida pela primeira vez) levantou-se mais cedo da cama para passar pela casa da victima expirante, para ver se ouvia um gemido desta para assim poder sentir um prazer nesse coração, que se tornara o couto de todas as furias infernaes. Os membros desta Camara asseveram que o ouvidor denunciado é o autor desse crime, porque estão tão certos disso, assim como estão da sua existência. Deixando pois chicanas, e desdenhando a censura de pretendidos apathicos, que exigem a frieza do gelo em todas as peças officiaes, a Camara muito pelo contrário, sendo como é composta de cidadãos, que ou nasceram debaixo do ameno clima paulistano, ou a elle ligaram sua existência, clama vingança e invoca o Brasil inteiro contra o malvado que veio ludibriar sua pátria, assassinar seus concidadãos, e fez quanto poude para tornal-a o teatro da guerra civil, da carnagem, e da assolação”.*⁴⁰

⁽⁴⁰⁾ *Offício da Camara ao Exmo. Vice-Presidente da Província, São Paulo, 20 de dezembro de 1830.*

Pode-se, por este documento, corroborar o que dissemos no item anterior: as relações entre Libero e a vereança paulistana eram muito próximas. Ele chegou até a ser citado mais de uma vez nas Atas da Câmara em consultas sobre questões atinentes à sua profissão original: a Medicina. Os membros da Câmara não só denunciaram o ouvidor como mandante do assassinio de Libero, como o acusaram de inimigo da Constituição e das liberdades políticas e pessoais da gente de bem (e bens) de São Paulo: a chamada “opinião pública”. Entretanto, para se estabelecer, com maior precisão, os reais motivos da morte de Libero, faz-se mister dar uma olhadela nos autos do processo-crime.

Atendo-se à documentação do processo, cujos autos se encontram em boa parte no estudo de Eugênio Egas e que foram avaliados também por Nicolau Duarte Silva⁴¹, há muito por especular e imaginar acerca da autoria do crime e as razões que levaram ao assassinato de Libero Badaró. Foram acusados Henrique Stock, marceneiro alemão, casado, que se hospedava na rua do Príncipe, atual Quintino Bocaiúva, e João Nicolau Dieterich. O ouvidor Candido Landislau Japyassu teria sido o mandante do crime. A citação de um trecho do “Corpo de delicto” é iluminadora⁴²:

“ Aos 20 de novembro de 1830, na casa e morada do Dr. J. E. Libero Badaró, rua de São José, servindo de escrivão Paulino José Soares de Souza, designado para o acto pelo Juiz de Paz suplente da freguezia da Sé, José da Silva Merciana. Eis a narrativa do Dr. Badaró: Vindo de recolhida para a sua casa, pelas 10 ou 11 horas, ao chegar à porta avistou dois homens sentados; e, levantando-se, perguntaram se ele era Dr. João Baptista Badaró; e respondendo que sim falaram- lhe para servir, de empenho, para com o desembargador ouvidor da comarca, Candido Ladislau Japyassu, sobre umas farinhas de trigo; e respondendo-lhe dr., que não era amigo do dito ouvidor, foi a resposta dar-lhe um deles um tiro de pistola, que foi empregado no

⁽⁴¹⁾ Nicolau Duarte Silva, *op. cit.*, p. 568.

⁽⁴²⁾ cf E. Egas, *Estudos - Badaró, Japyassu, Regencias*, pp. 26-7.

ventre, e que depois partiram; e conheceu ele que eram dois alemães, e não está certo como estavam vestidos, mas está certo que um estava de chapéu, e outro nada tinha na cabeça; e que conheceu serem alemães pela fala, mas não pelas pessoas, e que não havia mais alguém.”

Libero agonizou na noite incerta. Ao seu lado, o cirurgião e alguns amigos. Na hora derradeira, ainda atribuiu ao ouvidor Japyassu a origem do mal que lhe afligia. Sofreu ainda pelo dia seguinte inteiro. Morreu assim o liberal.

A celeuma na pequeníssima São Paulo foi grande. Correu-se de boca em boca que Henrique Stock era o culpado⁴³. Viera, o marceneiro alemão, no dia anterior, da longínqua Santo Amaro. Dia seguinte, ao voltar da rua da Freira, nº 22, atual Senador Feijó, onde fora ter com um chapeleiro francês, foi agarrado na casa em que se hospedava, à antiga rua do Príncipe. Na sua peça de defesa, fala-se em cerca de 200 pessoas que o ofenderam e o levaram à prisão. A leitura dos autos sugere três problemas que se interpõem entre nossa pesquisa e a apuração da autoria do crime:

A) a negligência da investigação da época: notou Eugênio Egas⁴⁴ que as autoridades não procuraram a arma do crime e, por isso, não tentaram saber se aquele quarto de bala de chumbo extraído do corpo de Libero era semelhante às balas da arma de Stock. O mesmo podemos dizer de um bilhete atribuído a Stock, e que o culparia. As autoridades tiveram dificuldade de entender a escrita gótica e sequer a compararam a outros bilhetes do acusado.

B) o clima político que envolvia a pequena cidade: a superestrutura política da época, em São Paulo, tinha nas críticas de Libero ao ouvidor Japyassu o seu elemento mais explosivo. O assassinato de Libero Badaró só poderia se atribuído a um homem, e todos saberiam pronunciar o seu nome.

⁽⁴³⁾ Muitos anos depois surgiu a hipótese do tenente de caçadores Carlos José da Costa ter sido o assassino. A motivação teria sido o desejo de ser recompensado pelo próprio governo e se tornar capitão. Hipótese que não encontra arrimo em nenhum documento.

⁽⁴⁴⁾ *Idem*, p. 50.

Tanta evidência também poderia ser invertida. Qualquer um que desejasse, por torpes motivos pessoais, executar Libero, poderia safar-se, pois sempre haveria maior suspeito. Talvez por isso, Afonso de Freitas preferisse acreditar em pura vingança particular⁴⁵. O ouvidor Japyassu escreveu um panfleto em sua defesa, culpando os próprios aliados de Libero pelo homicídio. Fez o mesmo num panfleto dirigido aos italianos: “M’ accusarono d’ un delitto orribile, che eglino soli, anime vili, potevano commetere senza ribrezzo”⁴⁶.

C) as contradições e falhas dos depoimentos: ao menos 30 testemunhas acusaram Stock do assassinato e várias se referiram ao ouvidor como se fosse o mandante.

Os depoimentos permitem estabelecer sólidos laços de interesse entre Stock e Japyassu. Este tinha um criado alemão, cunhado daquele. Stock era o feitor de uma chácara em Santo Amaro, cujo proprietário era Japyassu. Contudo, névoa e contradições envolveram os testemunhos. Houve a moça caixeira que afirmou ter vislumbrado o reflexo da arma de Stock à hora do tiro mortal. Ora, ela estava na rua do Ouvidor e o crime ocorrera na rua Nova de São José. Era noite. Um estudante passou na frente da casa de Libero, pouco antes do crime, viu vultos, asseverou que a escuridão era tenebrosa, que suas cabeças estavam inclinadas para o chão, e mesmo assim ele pôde reconhecer Stock⁴⁷.

Tudo leva a crer na culpa de Japyassu. Entretanto, ele foi absolvido no Rio de Janeiro⁴⁸. Nicolau Dieterich (que teria acompanhado Stock no crime) foi igualmente absolvido. Henrique Stock foi condenado às galés perpétuas. Porém, após passar quase três anos na cadeia pública, o acusado foi enfim absolvido em grau de recurso. Sentenças

⁽⁴⁵⁾ Afonso de Freitas, *A Imprensa Periodica de São Paulo*, p. 323.

⁽⁴⁶⁾ cf Nicolau Duarte Silva, *op. cit.*, p. 515.

⁽⁴⁷⁾ Algumas provas testemunhais são reproduzidas também no Observador Constitucional, nº 108, 10 de dezembro de 1830. Exemplar localizado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

⁽⁴⁸⁾ Diante da perseguição de inúmeras pessoas, o ouvidor fugiu da cidade, em desabalada carreira em demanda de Santos. Daí seguiu para o Rio de Janeiro, onde foi julgado e absolvido. Auxiliaram-no, na preparação da fuga, Diogo Antônio Feijó, o Conselheiro Silveira da Mota e o estudante de Direito Ignacio Manoel Alvares de Azevedo. Este, o pai do futuro poeta, acompanhou pessoalmente o ouvidor até fora da cidade.

contraditórias? Se pensarmos na lógica apresentada e tão comum na política - ou seja, a necessidade de um bode expiatório - NÃO. Libero serviu tanto para seus inimigos como para seus aliados (como instrumento de mobilização política).

“A INVENÇÃO DAS TRADIÇÕES”: O CASO DA RUA LIBERO BADARÓ

Como os nomes das ruas não são arbitrários, pensando em termos culturais e históricos, mas não lingüísticos, acabam por simbolizar interesses, costumes ou crenças que podem refletir, qual luz longínqua ou pálida, as idéias de diferentes épocas históricas. Os nomes das ruas do centro de São Paulo parecem conjuminar temporalidades diversas de nossa história. Nomes da época colonial convivem com homenagens a figuras de proa do Império e da Velha República.

O caso da rua Libero Badaró associa-se a dois fatos históricos: um, de curta duração, a saber: a crítica ao despotismo de D. Pedro I e, de um modo genérico, ao Primeiro Reinado. Crítica que levaria o pobre Libero a uma morte terrível e dolorosa. O segundo fato é o que denominaríamos “orgânico”. Que apresenta “continuidades”, projetando-se no futuro. Diz respeito a uma tradição cultivada: o liberalismo, como pudemos ver anteriormente.

A invenção da tradição de uma rua, para usar noutro contexto a expressão de Eric Hobsbawm, pode vincular-se à projeção que uma dada época faz sobre um fato ou a representação de um acontecimento tornado significativo pela posteridade. A morte de Libero, por tudo que expusemos aqui, não transcendeu a sua conjuntura política. Embora tivesse sido até mesmo instrumentalizada às vésperas do 7 de abril, sua memória precisou ser recriada em outra quadra histórica. Isso se deu precisamente na época da proclamação da República (15 de novembro de 1889).

Meses antes dessa proclamação, constituiu-se uma comissão de italianos residentes em São Paulo para homenagear Libero Badaró. Os atos, ocorridos depois do 15 de novembro, tiveram expressivo apoio de autoridades como Prudente de Moraes. Estes atos consistiram no traslado dos restos mortais de Libero da Igreja do Carmo para o Cemitério da

Consolação, onde se lhe erigiu um túmulo especial⁴⁹. Quatro mil pessoas acompanharam o trajeto do féretro. Saiu do Largo do Carmo, pela rua do mesmo nome. Seguiu, a partir daí o seguinte itinerário: travessa da Sé (hoje Wenceslau Braz), Praça da Sé, rua 15 de novembro, Largo do Rosário (hoje Praça Antônio Prado), ladeira de São João, rua Conselheiro Crispiniano, 7 de abril, Dr. Antônio Prado (hoje Braulio Gomes)⁵⁰ e Consolação. Uma banda de música tocava o Hino de Garibaldi⁵¹. A oficialidade do 10º Regimento e alguns pelotões de cavalaria levavam o estandarte da República, que pouco antes fora consagrado na Igreja dos Remédios⁵².

Um dos primeiros autores a escrever sobre Libero foi Nicolau Duarte Silva. Este preferiu ressaltá-lo como o mártir da liberdade e um democrata. Eugênio Egas, talvez influenciado pelo périplo ambíguo que a idéia de revolução tinha na São Paulo dos anos 20 e 30, considerou o nosso Libero um homem honesto, mas pouco moderado. O mesmo diria Afonso de Freitas, alguns anos antes, ao observar que, depois de Libero, o seu jornal perdeu “a violência dos primeiros tempos pelas idéias liberais”. Eram outros os tempos. Liberal sim, mas sem o radicalismo das revoluções que podiam ameaçar os haveres dos homens de posse. Libero é assim quase “despolitizado”, tornando-se um homem ingênuo, honesto e... nada mais. Muito tempo depois, Manuel Vitor ainda dirá, na sua São Paulo de antigamente, que se tratava de “um homem probo”. E... nada mais. Longe os arroubos de liberalismo radical, de republicanismo avassalador, do Hino de Garibaldi. O Libero, assim como a rua que leva o seu nome, se torna símbolo do novo regime, consolidado, agora obrigatoriamente conservador.

⁽⁴⁹⁾ Na necrópole de Libero está escrito: “Alla mano del sicario / All’ingiuria del tempo / Vendicano / In G.B. Libero Badaró / Il pensiero del sofo / Il cuore del medico e del cittadino / L ‘umanità”. Esta necrópole fica no Cemitério da Consolação, quadra 26, rua 17, nº 8.

⁽⁵⁰⁾ Não podemos confundir-la com a citada praça de mesmo nome. A rua Braulio Gomes ladeia a Biblioteca Municipal Mário de Andrade e deságua na rua da Consolação.

⁽⁵¹⁾ Seguimos aqui a descrição de Nicolau Duarte Silva, *op. cit.*, p. 491.

⁽⁵²⁾ Esta Igreja existiu na Praça João Mendes. O progresso de São Paulo também engoliu a velha igreja. Foi demolida em 1943. Assim como a casa colonial que abrigou a cadeia pública e a Assembléia. Restou, naquela praça, apenas a antiga Igreja de São Gonçalo, esquina com a rua Rodrigo Silva, que nasce ali e vai na direção da Liberdade.

Paulo Cursino de Moura, autor de *São Paulo de outrora*, escreveu às vésperas da Revolução de 1930, transformando Libero Badaró num “paladino da liberdade incipiente da nação”⁵³. A descrição da rua também revela dados interessantes, pois informa sobre os conceitos do autor. Como antiga rua São José⁵⁴, ela teria sido, durante o século XIX, uma rua suja *stricto e lato sensu*, antro daquelas imoralidades que, certamente, deixariam coradas as nossas faces. Dizia Paulo Cursino: era uma viela escura, grotesca, a soltar impune os seus paralelepípedos. A fase “nova” da República e da “liberdade” revelaria um lindo *boulevard*. Rua limpa e asfaltada. De rua dos marginalizados e dos imorais à rua da burguesia paulista triunfante.

Esta descrição em tudo se assemelha à de Gabriel Marques, que fala do assombro que deveria (e o tempo verbal procura aqui dar a idéia de dever ser, e não de algo acontecido) causar à gente de bem, o estado triste de uma rua que levava o nome de um santo e servia às meretrizes da velha São Paulo. Orgulha-se Gabriel Marques e tece loas ao progresso de nossa cidade, ao observar que a novíssima rua Libero Badaró não é mais a das “mariposas do amor”, enfeitadas pelos melhoramentos do centro comercial paulistano. Mariposas que voaram para outras plagas mais distantes daquela nobre rua. Mas como se explica essa mudança da natureza e aparência do centro urbano-comercial de São Paulo, no qual a rua Libero Badaró passou a ter um papel de algum relevo?

O primeiro surto urbanístico por que passou a capital paulista deu-se a partir de 1872 (início da administração do presidente da Província, João Teodoro). Os fatores econômicos que possibilitaram o crescimento de São Paulo já foram explorados pela historiografia, havendo consenso de que o café, a ferrovia e a industrialização, exerceram papéis fundamentais nas transformações vertiginosas da cidade durante a Primeira República. Sob o ponto de vista estrutural, é esse o momento de transição do capital agrário para o industrial e, conseqüentemente, de mudanças no cotidiano da cidade, que se refletem tanto nos aspectos físicos, como sociais. As

⁽⁵³⁾ Paulo Cursino de Moura. *São Paulo de outrora*, p. 62.

⁽⁵⁴⁾ A antiga picada seguida pelos nossos antepassados da São Paulo colonial era conhecida como o caminho de São José. Em 1787, o capitão general, D. Frei José Raimundo Chichorro da Gama Lobo mandou traçar a atual rua Libero Badaró, inicialmente chamada rua nova de São José.

intervenções urbanas mais significativas no núcleo histórico da cidade, todavia, deram-se durante a administração do Prefeito Antônio da Silva Prado (1889-1911). Alargamento e alinhamento de ruas, construção de viadutos e as primeiras transformações do vale do Anhangabaú começam a ser projetados.

Estas mudanças interferiram principalmente no traçado das antigas ruas centrais, como a do Comércio, que passa a se chamar, em 1907, rua Álvares Penteado. Sua relevância econômica passa a ser fundamental, pois ela concentra, juntamente com a rua da Quitanda, os principais escritórios financeiros da capital. A construção do viaduto Boa Vista, sobre a General Carneiro, ampliou a área do antigo Triângulo, cujo lado composto pela 15 de Novembro foi substituído pela rua Boa Vista, que parte da Praça da Sé e encontra o Largo de São Bento. Surgiu, assim, a rua 3 de Dezembro⁵⁵ (que era o velho cotovelo da Boa Vista, nos tempos de antanho). Estas obras contribuíram para melhorar o fluxo da 15 de Novembro, que passou a ser distribuído entre as ruas Álvares Penteado e Boa Vista.

Em 1904, a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (no antigo Largo do Rosário), último registro da antiga rua que passou a se denominar 15 de Novembro, foi demolida⁵⁶, dando lugar à Praça Antônio Prado, por onde passam as ruas São Bento, 15 de Novembro e João Bricola (assim denominada a partir de 1914), melhorando igualmente o fluxo em direção ao viaduto do Chá. O eixo formado pelo Largo de São Francisco e São Bento também sofreu sensíveis transformações. A abertura da Praça do Patriarca provocou a destruição de quase um quarteirão inteiro, no ponto de interseção das ruas São Bento e Direita.

A Praça da Sé foi ampliada em 1911, custando a demolição da rua Marechal Deodoro e de muitas construções localizadas no seu entorno, como a Igreja de São Pedro, que se localizava onde hoje se encontra o edifício Rolim, ao lado do prédio da Caixa Econômica Federal. O mesmo ocorre com a Igreja da Sé, que viria a ser substituída, quase meio século mais tarde, pela Catedral. A abertura da rua Benjamin Constant, por sua vez, que parte da Sé em direção a atual Praça da Bandeira, ampliou a área

⁽⁵⁵⁾ Trata-se da data do Manifesto Republicano.

⁽⁵⁶⁾ A Igreja foi reconstruída poucos anos depois no Largo do Paissandu.

delimitada anteriormente pela Rua Direita, cujo fluxo passou a ser dividido entre as ruas José Bonifácio e a própria Benjamin Constant.

As obras se completaram com a abertura da rua Libero Badaró (em lugar da antiga rua São José), que corre paralelamente à rua S. Bento... rua Libero Badaró que já abrigou o palacete do Conde Prates (que se tornou nome de rua no Bom Retiro), e a casa do Barão de Itapetininga (nome de outra famosa rua do nosso Centro). No final do Império ali ficava a propriedade do Sr. Proost Rodovalho, diante do local onde estava a casa em que Libero morou. Esta, obviamente não mais existe. Localizava-se defronte à atual ladeira Dr. Falcão, portanto, do lado esquerdo de quem segue em demanda do Largo de São Francisco, depois de atravessar a atual Praça do Patriarca. O quarteirão, neste seu lado esquerdo, é hoje ocupado por um hotel e algumas lojas⁵⁷. Foi exatamente ali que Libero Badaró encontrou a morte no dia 20 de novembro de 1830.

FONTES PRIMÁRIAS

Atas da Câmara de São Paulo. “Sessão Extraordinária a 8 de outubro de 1830”.

Corografia brasileira, ou Relação historico-geografica do Reino do Brazil composta e dedicada a Sua Magestade Fidelissima por hum presbitero secular do Gram Priorado do Crato, Rio de Janeiro, MDCCCXVII, por Manuel Aires de Casal. Reeditada: São Paulo: Edusp, 1976, 342 páginas.

Dissertação a respeito da Capitania de São Paulo, sua decadencia e modo de restabelece-la, escripta por Marcellino Pereira Cleto em 25 de outubro de 1782, in: Roteiros e notícias de São Paulo colonial. São Paulo: Governo do Estado, 1977, pp. 11-52 (Coleção Paulística, Vol. 1).

Farol Paulistano, 1827-1833, vários números.

Manuel Eufrásio de Azevedo Marques. Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo seguidos da Cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1952, Tomo I, 380 páginas. Tomo II, 475 páginas.

“Sobre a liberdade de imprensa, 11 de dezembro de 1830”. In: *Decisões do governo do Imperio do Brazil*, 1828-1830. Rio: Typographia Nacional, 1878.

⁽⁵⁷⁾ Ainda na Velha República, a rua também abrigou a Companhia City.

- “Offício da Camara ao Exmo. Vice-Presidente desta Província, e seu Conselho, São Paulo, 20 de dezembro de 1830”. In: *Registro Geral da Câmara*, vol. XX.
- “Offício da Camara ao Exmo. Vice-Presidente desta Província, e seu Conselho, São Paulo, 8 de outubro de 1830”. In: *Registro Geral da Câmara*, vol. XX.
- Observador Constitucional*, 1829-1832, vários números.

BIBLIOGRAFIA

- Affonso de Freitas. *Dicionário histórico, topográfico, etnográfico ilustrado do município de São Paulo*. São Paulo: Gráfica Paulista, 1930.
- _____. “A Imprensa Periódica de São Paulo”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XIX, 1914.
- Ana Maria de Almeida Camargo e Rubens Borba de Moraes. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edusp/Kosmos, 1993.
- Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem à Província de São Paulo*. São Paulo: Martins Editora, 1972, 357 páginas. Primeira edição: 1851.
- Augustin Wernet. *Uma associação política no início da época regencial: a Sociedade dos Defensores da Liberdade e Independência Nacional de Santos*. São Paulo: USP - FFLCH, 1973 (Dissertação de Mestrado).
- Augusto Emilio Zaluar. *Peregrinações pela Província de São Paulo, 1860-1861*. São Paulo: Martins, 1953. (Biblioteca Histórica Paulista, vol. II).
- Augusto Goeta. *Libero Badaró: o sacrifício de um paladino da liberdade*. São Paulo: Grafico E. Cupolo, 1944.
- Caio Prado Jr. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1933.
- _____. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- _____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Martins, 1942.
- Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. SP: Martins, 1942, 388 páginas (primeira edição, com mapa anexo e ilustrações).
- Carlos Rizzini. *O livro, jornal e a tipografia no Brasil*. SP, IMESP, 1988, 447 páginas. Prado Jr.,
- D’Atri. *Brasile faro dell’universo*. Paris: Émile Muller, 1910.
- Daniel P. Kidder. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil (províncias do sul)*. São Paulo: Livraria Martins / Edusp, 1972, 320 páginas.

- Diana D. Danon; Leonardo Arroyo. *Memória e tempo das igrejas de São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1971.
- Duilio Batisttoni Filho. "Um livreiro em São Paulo na segunda metade do século XVIII", *Boletim*, nº 65. São Paulo: Academia Paulista de História, outubro de 1999.
- Duilio Crispim Farina. "Libero Badaró e a Medicina". *Revista da Academia Paulista de História*. São Paulo, Ano I, nº 1, 1981.
- Edgard Carone. *O movimento operário no Brasil (1887-1930)*. Rio de Janeiro: Difel,
- Ernani Silva Bruno. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio: José Olympio, 1954, III vols., 1541 páginas.
- Eugenio Egas. *Estudos - Badaró, Japyassu, Regencias*. São Paulo: Lyceu Coração de Jesus, 1932.
- Francisco Pettinati. *O elemento italiano do Brasil. O elemento italiano na formação do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Elvino Pocaí, 1939.
- Gabriel Marques. *Ruas e tradições de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1966.
- Heloísa Cruz (Coord.) *São Paulo em Revista*. São Paulo: Divisão de Arquivo do Estado, 1997.
- Henrique Handelman. "História do Brasil". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XVIII, vol. XDXII, 1930.
- John Armitage. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1981.
- José Geraldo Simões Jr. "Melhoramentos na área central de São Paulo: o caso de renovação da Libero Badaró, 1911-1918". In: Maria Cristina da Silva Leme (Org.). *Urbanismo no Brasil*. São Paulo: Fupam/Nobel, 1999.
- Lafayette de Toledo. "Imprensa Paulista". *RIHGSP*, vol. III, 1898.
- Laurence Hallewell. *O Livro no Brasil*. São Paulo: Edusp/T.A. Queiroz, 1985.
- Luiz D' Alincourt. *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: Martins, 1953. (Biblioteca Histórica Paulista, VIII).
- Manoel Vitor. *São Paulo de antigamente: história pitoresca de suas ruas*. São Paulo: Grafistel, 1976.
- Nicolau Duarte Silva. "Libero Badaró: contribuição para sua biografia". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, Vol. XXVIII, 1930.
- Paulo Cursino de Moura. *São Paulo de Outrora (Evocações da Metrópole)*. 2a ed. São Paulo: Martins, 1943.
- Paulo Prado. *Província e nação*. Rio: José Olympio, 1972.

- Prefeitura do Município de São Paulo. *O Poder em São Paulo: história da administração pública da cidade (1554-1992)*. São Paulo: Cortez, 1992.
- Raimundo de Menezes. *Dicionário Literário Brasileiro*. 2ª ed. Rio: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- Sergio Buarque de Holanda. “São Paulo”, in: *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1964. vol. 2, tomo I.
- Spencer Vampré. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*. 2a. ed. Brasília: INL, 1977, vol. I.
- Veiga Miranda. Alvares de Azevedo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1931.

